Nova negociação do PCCR frustra expectativa dos bancários



^Im mais uma rodada de negociação sobre alterações no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), ocorrida dia 11 de junho, o BRB frustrou as expectativas dos funcionários. Nada de novo foi apresentado. O banco se limitou a apresentar novas trilhas para a carreira bancária, o que traz a discussão sobre essa carreira para o início. O Sindicato considerava que esta etapa estava praticamente superada em função das discussões ocorridas nas rodadas de negociação anteriores.

O banco apresentou ainda uma proposta para o encarreiramento da carreira jurídica, específica para os advogados. Sobre as novas trilhas para a área tecnológica, motivo principal da reunião realizada dia 11 de junho, nada foi apresentado, ficando para uma próxima reunião, cuja data sequer foi marcada, pois, segundo o banco, falta ainda análise jurídica para que a proposta para

a TI seja apresentada. O jurídico do banco está com esta pauta há mais de 20 dias, o que pode configurar uma despreocupação deste setor com o avanço das discussões, cujo prazo se encerra em 30 de junho próximo.

"Está havendo desrespeito por parte do banco, que, pelo andar da carruagem, não honrará o compromisso estabelecido de concluir as discussões até o final deste mês. E, quando dizemos encerrar, significa submeter as propostas de alteração à assembleia", afirmou o diretor do Sindicato Ronaldo Lustosa, que também é bancário do BRB.

Embora o banco não tenha formalizado nenhuma proposta para a TI, o Sindicato apresentou ao banco os resultados de discussão prévia ocorrida com os funcionários daquele setor, visando à construção de uma proposta de encarreiramento que contemple o conjunto de trabalhadores ali lotados, sejam eles analistas de

TI ou da carreira bancária. Na reunião, o Sindicato voltou ainda a cobrar respostas concretas para as pendências sobre a unificação de benefícios educacionais, na busca de que as alterações possam entrar em vigor no mês de julho, de forma que os beneficiários possam usufruir das melhorias já no segundo semestre.

O Sindicato cobrou também um quadro com o quantitativo de caixas de cada agência antes e depois da readequação em curso, e exigiu ainda uma resposta sobre a reivindicação de garantir a existências das vagas que são sempre utilizadas em períodos de pico, como o período de pagamento do GDF.

Por fim, o Sindicato reivindicou do banco a rediscussão dos critérios de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao primeiro semestre, uma vez que este se encerra em 30 de junho. "Mais uma vez, o banco atrasa as discussões.

Tem sido uma constante do banco este tipo de comportamento. Isto evidencia ou descaso ou falta de pessoal para realizar o serviço, e o Sindicato tende a acreditar que é realmente falta de pessoal, o que demonsta que a contratação de 160 novos funcionários não resolverá a carência hoje existente", frisou o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio, que também é bancário do BRB.

O banco sinalizou com a possibilidade de uma nova negociação até o final desta semana. Caso ela ocorra, mesmo de forma apertada, é possível cumprir o prazo limite para o encerramento desta discussão. Havendo a negociação, o Sindicato fará reunião com os delegados sindicais, aberta a quem puder participar, para discutir as propostas antes de levá-las à assembleia. É importante todos os funcionários ficarem atentos, pois a reunião deverá acontecer no início da próxima semana.

TI: uma crônica sem fina

mudança de local da TI do BRB tem elementos de uma crônica que não apresenta sinais de conclusão. Após uma mudança tumultuada para um prédio sobre o qual pairavam dúvidas para a sua capacidade de receber os funcionários do setor, o que se vê hoje é uma situação que pareceria surreal não fosse a dura realidade enfrentada pelos funcionários do BRB.

Os trabalhadores da TI têm de conviver com uma situação que desonra e desmoraliza qualquer trabalhador. O prédio, cujas condições deveriam ser adequadas para a transferência, apresenta odor de fossa séptica, banheiros incompatíveis com as necessidades de uso, ausência de escape em caso de emergência, localização absolutamente insegura (carros de funcionários da TI deixados na frente do prédio já foram arrombados), estacionamento improvisado, ausência de transporte público, presença de dutos de combustível em frente ao prédio, além da presença de um depósito de carvão que gera uma poeira insuportável.

Tais condições, pelo visto, não serão solucionadas, pois boa parte decorre da localização do prédio, o que leva o Sindicato a concluir que esta transferência foi desastrosa.

Para tentar compreender esta estranha transferência da TI, é importante resgatar a história da mesma.

Ainda sob a gestão de Jacques Pena, o banco cogitou a transferência da TI do prédio localizado no trecho 4 para outro, com o argumento de que aquele prédio não apresentava condições de abrigar a TI. Passa-se, então, a procurar outro imóvel.

Em que pese haver avaliações de que uma reforma emergencial poderia dotar o prédio do trecho 4 em condições de abrigar a TI pelo tempo necessário até a transferência definitiva para a Cidade Digital, o BRB decidiu pela transferência. Importante salientar que o banco afirmou em diversas reuniões com o Sindicato que a sede definitiva na Cidade Digital ficaria pronta em aproximadamente três anos.

Cogitou-se prédios localizados nas proximidades do trecho 4, com estruturas ótimas para receber a Informática do BRB. Porém, esta possibilidade não se materializou.



Mudou-se o presidente do banco, porém, a decisão de mudar o local da TI permaneceu. A cargo dos ex-diretores Jorge Alves (Pessoas e Administração) e principalmente Américo Rodrigues (Informática), o projeto se acelera.

Por fim, em um processo sem licitação, sob a coordenação dos referidos diretores, se assina um contrato de aluguel do atual prédio, aluguel assinado durante a greve dos bancários do BRB do ano passado, por um prazo de 60 meses, a um custo total próximo a R\$ 10 milhões. Curioso é que o aluguel se estende para além do prazo que o BRB aponta como data da conclusão do datacenter próprio na Cidade Digital, e óbvio, com multa rescisória altíssima.

O prédio alugado é de proprie-

dade do empresário goiano Leonardo Valverde, que já teve relações comerciais com o ex-deputado Leonardo Prudente, indiciado na operação Caixa de Pandora, aquele que escondeu dinheiro ilegal na meia. Atualmente, este empresário figura como sócio de Bruno Filipelli, filho do vice-governador do DF, Tadeu Filipelli, de acordo com matérias publicadas na imprensa local.

O BRB deveria ocupar o prédio desde dezembro de 2013, porém, como ele não foi projetado para receber inquilinos com as características de empresas de informática, teve de realizar adaptações para isso, fazendo com que até uma antiga garagem tivesse de ser adaptada. Em virtude das reformas necessárias, o prédio só passou a ser ocupado gradualmente

a partir de janeiro de 2014.

Tão logo o prédio foi ocupado, começaram a se evidenciar os problemas que deveriam ser solucionados antes da ocupação pelo BRB, em especial o grave problema do odor provocado pela fossa séptica. Isto sem contar os problemas de ordem logística, tais como transporte público e segurança.

Agora, diante de uma situação sem solução, os funcionários do banco, indignados com a falta de solução, e com o apoio decisivo do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), realizam uma campanha em busca de soluções para a situação. Após diversas reuniões com o banco na busca de soluções para minimizar o sofrimento dos funcionários, e sem ações decisivas do banco, no dia 11 de junho foi realizada uma paralização no local, ocasião em que o Sindicato cobrou do presidente do banco, Paulo Evangelista, a realização de uma reunião no local com a presença do Sindicato para discutir os inúmeros problemas do local, e ouvir dele as ações do BRB na busca das soluções.

Outro dado a acrescentar sobre a mudança da Informática refere-se ao fato de que há conversas de que o pedido da Regius para a devolução do imóvel do trecho 4 (o imóvel é de propriedade da Regius) teria sido forçado pelo banco, como forma de se criar uma falsa sustentação para a pseudo necessidade de transferência.

O argumento de que o prédio da Regius, no trecho 4 do SIA, onde se localizava a Informática, era inadequa-



feliz (ainda)



do, reside em outra decisão descabida e inoportuna do banco de transferir para lá a agência SIA e a Suser (Superintendência de Retaguarda). Não serve para a Informática, no entanto, serve para a agência e para a Suser?

Como pode se ver, há uma série de elementos que fazem com que esta transferência seja questionada, e que a mesma não seguiu parâmetros comerciais para se realizar. O Sindicato não acredita que o governador Agnelo Queiroz tenha responsabilidade sobre esta situação, e acredita menos ainda que este governo, capitaneado pelo PT, concorda com a situação precária em que estão os funcionários da TI. O Sindicato cobra ainda uma atitude de responsabilidade do presidente do BRB, Paulo Evangelista, e do GDF para explicar esta estranha situação, e mais ainda para solucioná-la, o que o Sindicato acredita que só poderá ocorrer com a saída do atual prédio, cujas instalações não reúnem as condições para acomodar a contento o setor.

Os bancários do BRB lotados na Tl não podem pagar o preço por uma mudança que, ao que parece, atendeu a critérios políticos e que, em nenhum momento, se pautou pela lógica do negócio nem pelas condicões de trabalho dos funcionários.

O Sindicato oficiou à Superintendência Regional do Trabalho, à Defesa Civil e ao Corpo de Bombeiros cobrando um posicionamento sobre a situação do local, e espera que esses órgãos atuem no sentido de proteger a integridade dos trabalhadores do BRB.



Reestruturação: R\$ 4 milhões torrados com a consultoria Accenture à toa?

reestruturação em curso no BRB, cujo início se deu ainda no primeiro semestre de 2013 e parece não ter fim, é uma reestruturação permanente (se é que isso é possível). A marca registrada desta reestruturação é a lógica baseada na tentativa e erro, e para isso, o banco pagou R\$ 4 milhões à Consultoria Accenture. Quando observadas as inúmeras alterações no projeto original da Accenture, se percebe o quão inútil foi a consultoria e como se gasta dinheiro público sem preocupação com a destinação. Pelo que se vê hoje, podemos constatar que os R\$ 4 milhões foram atirados no ralo; e por isso, alquém deve ser responsabilizado, entende o Sindicato e a sociedade do Distrito Federal.

Quando da conclusão do trabalho da Accenture, se previu uma superestrutura da Direção Geral (DG) com uma presidência, quatro vices-presidências e 10 diretorias. Após pouco mais de 6 meses com esta estrutura, se chegou à conclusão que ela não era o ideal, e se reduziu uma vice-presidência.

Além da superestrutura da DG, o projeto da Accenture previa a diminuição dos superintendentes para algo em torno de 27. Porém, o banco tem hoje mais de 30. Se previa a internalização da DTVM e da Financeira, e estas empresas continuam a existir. Não que o Sindicato defenda a internalização delas. A financeira, aliás, tem tido um excelente desempenho no modelo como está, o que suscita dúvidas sobre a proposta de internalizá-la. Cita-se aqui essas situações apenas para ilustrar o quão sem sentido foi a contratação da Accenture.

Mais recentemente, o banco passou a reestruturar as gerências da DG, criando mais uma função, a de gerente de equipe, esvaziando as gerências de áreas, pois é conversa corriqueira que as gerencias de áreas, com a criação das gerências de equipe, ficaram sem função. Por fim, agora mais um passo esquisito é dado, com o ataque às estruturas de caixas e gerentes de expediente das agências, visando diminuir estas funções. Com o que está sendo feito, há situação em que unidades

do banco ficaram com um caixa para atendimentos exclusivos e outro para atendimento geral, igualzinho fazem os concorrentes do BRB, igualando na vala comum do mau atendimento o BRB, que com isso joga por terra um de seus diferenciais: o atendimento diferenciado.

O mais inverossímil desta história é que tal atitude, segundo o banco, é necessária para propiciar a contratação de novos escriturários. E olha que o banco definiu pela contratação de apenas 160 novos funcionários, muito aquém da necessidade real de mais de 300, numa flagrante demonstração de que essas contratações apenas minimizarão o problema da falta de pesoal, longe de debelá-lo de uma vez.

Com a reestruturação dos caixas e gerentes de expediente, o banco não consegue 'economizar' para contratar nem 40 funcionários. Basta fazer uma conta simples: no frigir dos ovos, pelas informações disponíveis, serão 28 vagas de caixas a menos, e talvez não se cheque a 10 vagas a menos de gerentes de expediente. Essa conta não fecha. As vagas extintas, além de criarem tumulto nas agências, desagrada sobremaneira os funcionários. E de longe não gera recursos para contratar os funcionários alegados para o banco, o que demonstra que ela não pode ser considerada crível.

Para corroborar que esta explicação é descabida, basta ver que o banco ataca funções menores 'visando economizar'. Porém, mantém a superestrutura da DG sem nenhuma necessidade, pois até hoje não se demonstrou a finalidade de se sair de 8 executivos para 15 (14 agora, com a eliminação de uma vice-presidência). Há um descompasso nisso, pois qualquer administrador que tenha lido um manual básico saberia apontar como inexplicável.

E a pergunta permanece: e os R\$ 4 milhões da Accenture? Em que serviram para o banco? E esta reestruturação terá fim algum dia ou estes sobressaltos entre os funcionários permanecerão 'ad eternum' (até a eternidade). Por fim, qual a posição dos 7 diretores e vices-presidentes funcionários da casa?

Agência SIA pode se 'esconder' no Trecho 4

agência SIA do BRB pode ser transferida para o trecho 4, onde funcionava o prédio da TI. Segundo o banco, há uma pendência intransponível com o proprietário do prédio onde a agência funciona há 40 anos. O banco alega que o proprietário quer um aluguel muito alto, e como não se chegou a um acordo, este propôs uma ação de despejo. O banco está pagando R\$ 85 mil em juízo, e o proprietário quer R\$135 mil, o que a diretoria do BRB considera um absurdo.

Engraçado é que sair de um aluquel de R\$ 65 mil pelo antigo prédio da TI para R\$ 165 mil do atual prédio, com as condições precárias já fartamente apontadas, não foi um

O Sindicato compreende que hoje, com as facilidades eletrônicas, se pode movimentar contas e aplicações de forma remota, independentemente da localização das agências. Ocorre que uma localização estratégica ajuda bastante, especialmente o BRB, cujo diferencial já apontado em pesquisas é o atendimento personalizado, o que se dá com a presença física, e claro, a



localização ajuda, e muito. Aliás, sobre isso, os funcionários da agência SIA são unânimes em apontar que a agência deverá perder uns 50% de seu resultado caso a transferência se concretize. E a agência SIA é uma das mais rentáveis do banco. A localização é tão importante que basta ver o que fazem os concorrentes com relação a isso: buscam pontos estratégicos, pois, no mínimo, projetam a imagem da instituição.

Alguém duvida que, caso o BRB saia daquele endereço, outro banco se instalará ali?

Outro fato que traz grande preocupação aos funcionários refere--se ao fato de que o local para onde a agência pode se transferir fica nas imediações de uma unidade prisional do DF, o que pode contribuir com a insegurança, visto que a agência, ao contrário de outras unidades do banco, tem de ficar aberta ao público. Recentemente, um carro foi metralhado com mais de 30 tiros próximo ao local.

O Sindicato espera que o BRB reveja sua posição, busque o entendimento com o proprietário e faça as gestões necessárias para que a agência permaneça no mesmo endereço.

Acreditamos que o alto preço alegado não se configura um argumento definitivo, pois basta lembrar a situação da TI.

Bicicletas do GDF fazem propaganda do Itaú

O GDF protagoniza mais uma ação que, apesar da explicação, coloca em situação desconfortável o BRB, o que corrobora para a permanente preocupação dos funcionários quanto ao futuro do banco: o convênio com empresa fornecedora de bicicletas para mobilidade urbana, dentro do projeto Bike Brasília, cujo patrocinador é o banco Itaú, que, no governo Arruda, demonstrou interesse em comprar o BRB.

O Sindicato e os funcionários



do banco acreditam que algo poderia ter sido feito para que esta situação não ocorresse. Claro que o Estado deve se pautar pela legislação vigente, e o Sindicato compreende isso. Porém, o GDF e o banco poderiam ter sido previdentes para evitar que nas bicicletas de um importante projeto do GDF figurasse a logomarca do governo associada ao maior banco privado do país que tem interesse em adquirir o BRB. Com a palavra, o presidente do banco e a diretoria.



Sindicato dos Bancários de Brasília

Presidente Eduardo Araújo de Souza Secretária de Imprensa Talita Régia (imprensa@bancariosdf.com.br) Conselho Editorial Rafael Zanon (BB), Wandeir Severo (Caixa), Antonio Eustáquio (BRB) e Paulo Frazão (Bancos Privados) Jornalista responsável e editor Rodrigo Couto Redação Rodrigo Couto e Thaís Rohrer Editor de Arte Valdo Virgo Webmaster Elton Valadas Redes Sociais Matheus Machado Cinegrafista Wellington dos Santos Fotografia Guina Ferraz Sede SHCS EQ 314/315 - Bloco A - Asa Sul - CEP 70383-400 Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822 Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br Tiragem 3.000 exemplares Distribuição gratuita Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF